

Aplicabilidade do regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental
Decisão da Autoridade de AIA

Identificação	
Designação do Projeto	Parque Eólico de Zéfiro
Tipologia de Projeto	Anexo II, n.º 3, alínea i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
Localização (freguesia e concelho)	Concelho de Cinfães (freguesias de Santiago de Piães, Tarouquela, Moimenta, Fornelos, Souselo e Travanca), e concelho de Castelo de Paiva (freguesia de Forno).
Afetação de áreas sensíveis (alínea a) do artigo 2.º do DL 151-B/2013)	Zona Especial de Conservação (ZEC) de Rio Paiva (PTCON0059)
Proponente	Infinita Energia – Energias Renováveis, S.A.
Entidade licenciadora	Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG)
Autoridade de AIA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Parecer	Projeto não suscetível de provocar impactes negativos significativos no ambiente, pelo que se entende que não deve ser sujeito a procedimento de avaliação de impacte ambiental.
----------------	--

Data de emissão	27 de setembro de 2021
------------------------	------------------------

Breve descrição do projeto
<p>O projeto do Parque Eólico de Zéfiro destina-se ao aproveitamento de energia eólica para produção de energia elétrica, através da instalação de cinco aerogeradores, com uma potência unitária de 5,5 MW a que corresponde um total de 27,5 MW de potência instalada, com a qual se pretende produzir anualmente cerca de 79,915 GWh/ano.</p> <p>São apresentados dois aerogeradores suplentes (SUP01 e SUP02), alternativos a qualquer uma das cinco posições apresentadas como preferenciais (Z01, Z02, Z03, Z04, Z05), devido à sua posição mais favorável em termos de recurso eólico.</p> <p>A energia produzida nos aerogeradores será escoada por cabos elétricos subterrâneos que se irão ligar à subestação do parque eólico. Por sua vez, a ligação à Rede Elétrica de Serviço Público (RESP) será efetuada através de uma linha aérea, a 60 kV, com uma extensão aproximada de 7 km, que ligará a subestação do parque eólico à subestação de Fornos existente, que pertence à EDP</p>

A rede de cabos subterrânea é constituída por cabos que interligam os vários aerogeradores do parque eólico e que ligam à subestação do parque em média tensão, 30kV. Os cabos serão colocados em valas cuja largura poderá variar entre 0,4 m e 0,85 m e profundidade média de 1,10 m.

Prevê-se que as valas de cabos sejam instaladas paralelas aos acessos a melhorar/ construir, numa extensão total de 5 513 m no caso dos aerogeradores principais (Z01, Z02, Z03, Z04, Z05), no caso dos aerogeradores suplentes, acresce 888 m no aerogeradores SUP01, e no caso do SUP02 acresce 1 772 m de extensão.

No que se refere à acessibilidade, o acesso a usar até à entrada do parque eólico será definido posteriormente em fase de projeto de execução. Relativamente aos acessos internos do parque eólico, o projeto prevê uma extensão total de 6 101 m, dos quais 5 190 m são acessos novos e 911 m são acessos a beneficiar.

Os aerogeradores a instalar são essencialmente constituídos uma torre que suporta no topo uma cabina, no interior da qual se encontram alojados equipamentos, entre o quais o gerador, que é acionado por um rotor constituídos por três pás. Os aerogeradores a instalar terão uma torre de 121 m de altura, e o diâmetro do rotor com 158 m.

A implantação do Parque Eólico de Zéfiro implica a instalação/execução dos seguintes elementos e infraestruturas principais: cinco aerogeradores e respetivas plataformas de apoio à montagem, estaleiro, vala de cabos, acessos aos aerogeradores, subestação, e linha elétrica aérea a 60 kV, com 7 km de extensão.

Resumo do procedimento e fundamentação da decisão

Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro, a Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) emite pronúncia, ao abrigo do artigo 3.º do referido diploma, sobre a aplicabilidade do regime jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto em apreço.

O projeto corresponde à tipologia prevista no anexo II do referido diploma, a qual se reporta a “Aproveitamento de energia eólica para produção de eletricidade” estando definido como limiar para sujeição obrigatória a procedimento de AIA a instalação de 10 ou mais torres (área sensível) ou parques eólicos localizados a uma distância inferior a 2 km de outros parques similares.

Dado que o projeto não atinge os referidos limiares, procedeu-se à sua análise com o objetivo de determinar se o mesmo era suscetível de provocar impactes significativos no ambiente, à luz do disposto no artigo 1.º, n.º 3, alínea b), subalínea ii) do referido diploma.

Nesse sentido, procedeu esta Agência à apreciação prévia do projeto, nos termos do artigo 3.º do mesmo diploma, consubstanciando o presente documento o parecer a emitir ao abrigo do n.º 4 do referido artigo.

A área de estudo do parque eólico e a maioria do corredor da linha elétrica não se sobrepõem com nenhuma área incluída no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), estruturado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, na sua redação atual, ou outra de relevância ecológica (e.g. *Important Bird Areas* - IBA). No entanto, a energia produzida será evacuada mediante linha aérea, a 60 kV até à subestação de Fornos (já existente) que se localiza na Zona Especial de Conservação (ZEC) do Rio Paiva (PTCON0059), o que faz com que a parte terminal da linha elétrica intersete também nessa ZEC.

Face ao tipo de intervenção prevista, e à afetação de área sensível, e para melhor suportar a sua

pronúncia, esta Agência entendeu consultar o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), para que, no âmbito das suas competências, analisasse o projeto e se pronunciasse sobre os seus eventuais impactes significativos que pudessem justificar a eventual sujeição do mesmo a procedimento de AIA.

De acordo com a análise efetuada, verifica-se que de entre os valores que a ZEC do Rio Paiva alberga e que justificaram a sua classificação, destacam-se a ocorrência de bosques de amieiro (*Alnus glutinosa*), que formam uma galeria ripícola (91E0*) e, que frequentemente podem ser encontrados na margem de manchas fragmentadas de carvalhais de *Quercus robur* (9230). O rio Paiva assume extrema relevância na conservação de fauna aquática e ribeirinha, sendo de destacar a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), a lontra (*Lutra lutra*) e o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*). No que diz respeito ao lobo ibérico (*Canis lupus signatus*), o vale do rio Paiva é considerado uma importante zona de passagem/ligação entre as serras de Montemuro, Freita/Arada e Lapa/Leomil.

A área de estudo é dominada por matos e plantações florestais. As áreas de maior interesse e sensibilidade ao nível ecológico são as manchas de habitats naturais, nomeadamente carvalhal (9320), galerias ripícolas dominadas por amieiro (91E0*) e tojais húmidos (4020*). Os habitats referidos são considerados habitats de interesse comunitário, sendo dois deles prioritários para a conservação (4020* e 91E0*), e locais que podem albergar espécies de flora e fauna com estatuto de ameaça elevado.

O elenco florístico da área de estudo engloba 249 espécies das quais 20 são espécies RELAPE, sendo que a presença de apenas duas destas espécies foi confirmada aquando do trabalho de campo.

No que diz respeito à fauna, o elenco congrega 80 espécies, destacando-se a comunidade de mamíferos, por englobar uma espécie com estatuto de ameaça elevado (lobo ibérico), e a comunidade de aves por ser a mais numerosa. Importa ainda referir que, na envolvente da área de estudo existem alguns locais com características para albergarem morcegos.

Na envolvente à área de estudo (raio de 20 km) não foram identificadas “Áreas Críticas” e “Áreas Muito Críticas” para aves (ICNF, 2019).

O projeto em questão poderá ter impactes, essencialmente, ao nível da flora, avifauna, quirópteros e herpetofauna. Estes impactes, descritos para as fases de construção e exploração, são a alteração/contaminação/perda de habitats, a perturbação das comunidades faunísticas e florísticas presentes no local, e mortalidade de aves e morcegos por colisão com as pás e com a própria coluna do aerogerador, e no caso dos morcegos, também devido a lesões internas provocadas pela descompressão súbita (barotrauma). Contudo, o ICNF entende que, face à sua localização e à magnitude dos impactes previstos ao nível dos valores naturais classificados, o projeto não carece de ser sujeito a procedimento de AIA.

Conclusão

Face ao exposto, tendo em consideração a análise desenvolvida e dadas as características do projeto e do local onde se desenvolve, considera-se que o mesmo não é suscetível de provocar impactes negativos significativos no ambiente que justifiquem a sujeição a procedimento de AIA.

Contudo, a área de implantação do projeto em apreço, mesmo que marginalmente, coincide com uma área da Rede Natura 2000, pelo que, não sendo o projeto sujeito a procedimento de AIA, deve o mesmo ser sujeito a um procedimento de avaliação de incidências ambientais, de acordo com o Artigo 10.-A do Decreto-Lei n.º 76/2019, de 3 de junho, na sua atual redação.